

- n) Promover a ratificação e observância das normas de Direito Internacional referentes aos direitos dos grupos alvo;
- o) Orientar e controlar a actuação das organizações que trabalham em prol dos grupos alvo da actividade do Ministério;
- p) Realizar estudos sobre os fenómenos sociais que afectam a mulher, a criança, o idoso e a pessoa portadora de deficiência e outros grupos vulneráveis;
- q) Organizar, dirigir e controlar a rede de unidades sociais de atendimento aos grupos alvo.

Art. 4. Ao Ministério da Mulher e da Acção Social compete ainda:

#### 1. No âmbito da mulher:

- a) Promover a realização de acções destinadas a eliminar a discriminação da mulher e a valorizar o seu papel na família e na sociedade, elevando a sua participação na vida política, económica, social e cultural do País;
- b) Promover e participar no processo de revisão da legislação que contribua para o reforço do respeito e protecção dos direitos da mulher e que promova a sua emancipação e desenvolvimento;
- c) Promover a assistência às mulheres chefes de agregado familiar com fraca capacidade económica;
- d) Promover e realizar programas de educação e capacitação da mulher, de modo a prepará-la para o melhor desempenho do seu papel na sociedade;
- e) Promover a adopção de medidas capazes de garantir a protecção da mulher contra a violência, incluindo a violência doméstica;
- f) Promover e realizar a educação pública relativa à situação da mulher, com vista a elevar a consciência sobre os direitos da mulher e propiciar mudanças de atitudes da sociedade em relação ao seu estatuto.

#### 2. No âmbito da acção social:

##### 2.1. No domínio da criança:

- a) Promover acções que visem o reforço do papel da família e da comunidade na protecção, educação e no desenvolvimento integral da criança;
- b) Elaborar normas de organização administrativa e pedagógica dos infantários, das instituições de educação pré-escolar e de outras instituições de atendimento à criança, bem como dirigir e controlar o seu funcionamento;
- c) Assegurar que as actividades de atendimento à criança realizadas por entidades públicas e privadas obedecem às normas estabelecidas;
- d) Definir um sistema de atendimento às crianças órfãs e abandonadas desprovidas de meios básicos de subsistência e de amparo familiar;
- e) Prestar apoio à mulher grávida e à criança recém-nascida cuja mãe não possui meios básicos para a sua subsistência;
- f) Participar na elaboração de propostas de legislação para o reforço da protecção, apoio e desenvolvimento da criança;
- g) Promover, coordenar e realizar acções de apoio, educação, reabilitação e reintegração social da criança em situação difícil;
- h) Promover e realizar acções de educação pública relativas à divulgação e protecção dos direitos da criança.

##### 2.2. No domínio do idoso:

- a) Organizar e dirigir acções de apoio às pessoas idosas sem amparo familiar, com vista à sua integração na família e na comunidade;
- b) Promover acções de educação pública sobre os direitos da pessoa idosa;
- c) Promover a elaboração de legislação protectora dos direitos da pessoa idosa.

##### 2.3. No domínio da pessoa portadora de deficiência:

- a) Organizar e dirigir acções de protecção e apoio social às pessoas portadoras de deficiência física, mental e sensorial;
- b) Promover o ensino e a aprendizagem de tarefas socialmente úteis adequadas às capacidades das pessoas portadoras de deficiência;
- c) Promover e realizar acções de educação pública para a tomada da consciência da necessidade de integrar as pessoas portadoras de deficiência na família, na comunidade e na sociedade;
- d) Promover a adopção de medidas com vista à eliminação das barreiras que dificultam a plena integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 5. A Ministra da Mulher e da Acção Social publicará, no prazo de sessenta dias, após a publicação do presente Decreto, o Estatuto Orgânico do Ministério da Mulher e da Acção Social.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

### Decreto Presidencial n.º 20/2005

de 31 de Março

O Decreto Presidencial n.º 13/2005, de 4 de Fevereiro, criou o Ministério dos Recursos Minerais.

Tornando-se necessário definir as suas atribuições e competências, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 160 da Constituição, o Presidente da República decreta:

Artigo 1. O Ministério dos Recursos Minerais é órgão central do aparelho de Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidas pelo Governo, dirige e executa as políticas no âmbito da investigação geológica, inventariação e exploração dos recursos minerais, incluindo o carvão e os hidrocarbonetos.

Art. 2. O Ministério dos Recursos Minerais tem as seguintes atribuições:

- a) Inventariação das riquezas do subsolo do território nacional e da sua zona económica exclusiva;
- b) Promoção e controlo das actividades de prospecção e pesquisa geológica e o aproveitamento racional dos recursos minerais;
- c) Promoção e controlo da actividade de pesquisa, produção, separação e tratamento de petróleo bruto e gás natural, assim como o controlo do transporte para a sua entrega em pontos de exportação ou de fornecimento para comercialização no país.

Art. 3. Compete ao Ministério dos Recursos Minerais;

- a) Propor a política de desenvolvimento do sector e assegurar a sua implementação;
- b) Propor e controlar a execução de regulamentos e de normas gerais para a prospecção, pesquisa e exploração de recursos minerais e de hidrocarbonetos;

- c) Exercer o controlo e fiscalização sobre as actividades do sector, relativamente ao aproveitamento racional dos recursos minerais e dos hidrocarbonetos, optimizando a recuperação dos produtos finais e tomando o respeito pelas normas de segurança e de protecção do meio ambiente;
- d) Aprovar os estudos e projectos técnico-económicos relativos à abertura de novas explorações minerais, aos planos de desenvolvimento de novos jazigos de hidrocarbonetos e à modernização das unidades produtivas existentes.

Art. 4. Ao Ministério dos Recursos Minerais compete ainda:

1. No domínio da investigação geológica:

- a) Realizar o levantamento geológico sistemático do território nacional com vista ao conhecimento das potencialidades do subsolo do país e à definição e selecção de áreas prospectivas para a investigação geológica detalhada;
- b) Promover e impulsionar o investimento na prospecção e pesquisa mineira, com vista a descoberta de depósitos minerais de interesse económico;
- c) Realizar a investigação dos recursos minerais e de hidrocarbonetos na plataforma continental bem como na zona económica exclusiva e elaborar a respectiva cartografia geológica;
- d) Organizar o arquivo e conservação centralizada da informação de natureza geológica e mineira e promover a criação de museus geológicos e minerais para fins educativos e de divulgação.

2. No domínio da mineração:

- a) Promover o investimento e impulsionar o desenvolvimento da produção mineira;
- b) Promover e designar áreas para a extracção mineira de pequena escala;
- c) Elaborar e manter actualizado o balanço das reservas minerais do país;
- d) Promover a transformação local das substâncias minerais de modo a servir as necessidades nacionais e de aumentar as oportunidades de exportação;
- e) Regulamentar e controlar a execução de normas gerais para a distribuição e comercialização dos recursos minerais.

3. No domínio dos hidrocarbonetos:

- a) Promover o investimento na pesquisa e produção de hidrocarbonetos no território nacional e definir áreas prospectivas prioritárias para o exercício da actividade;
- b) Elaborar e manter actualizado o balanço de reservas de hidrocarbonetos no país;
- c) Promover a transformação e utilização em território nacional da produção de hidrocarbonetos no país.

Art. 5. A Ministra dos Recursos Minerais publicará, no prazo de sessenta dias, após a publicação do presente Decreto, o Estatuto Orgânico do Ministério dos Recursos Minerais.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

## Decreto Presidencial n.º 21/2005

de 31 de Março

O Decreto Presidencial n.º 13/2005, de 4 de Fevereiro, criou o Ministério da Energia.

Tornando-se necessário definir as suas atribuições e competências, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 160 da Constituição, o Presidente da República decreta:

Artigo 1. O Ministério da Energia é o órgão central do aparelho de Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, dirige, planifica, promove e controla a inventariação e uso dos recursos energéticos e o desenvolvimento e expansão da rede de fornecimento e distribuição de energia eléctrica, gás natural e produtos petrolíferos.

Art. 2. O Ministério da Energia tem as seguintes atribuições:

- a) Promoção de um maior conhecimento dos recursos energéticos do país;
- b) Promoção do desenvolvimento e aproveitamento do potencial energético do país;
- c) Promoção do aumento do acesso às formas de energia modernas, especialmente para as zonas rurais;
- d) Produção e uso eficiente de energia particularmente para as zonas rurais, com vista à estimular o crescimento e desenvolvimento económico e social;
- e) Promoção e encorajamento da participação privada no desenvolvimento de infra-estruturas de energia;
- f) Garantia do desenvolvimento sustentável, equilibrado e seguro de infra-estruturas de armazenagem, distribuição, fornecimento e comercialização de gás natural e produtos petrolíferos;
- g) Mitigação dos impactos ambientais do fornecimento e consumo de energia;
- h) Garantia de mecanismos racionais de formulação e aplicação de preços de petróleo e seus derivados;
- i) Produção energética para a satisfação das necessidades do país e para o aproveitamento das oportunidades do mercado regional;
- j) Distribuição de produtos petrolíferos a nível nacional, com particular destaque para as zonas rurais.

Art. 3. Compete ao Ministério da Energia:

- a) Elaborar políticas do sector energético e assegurar a sua execução;
- b) Proceder a inventariação dos recursos energéticos do país;
- c) Adquirir, analisar e disseminar a informação nacional e internacional sobre os preços de petróleo e seus derivados;
- d) Proceder ao planeamento a longo prazo, desenvolvimento e implementação das políticas sectoriais;
- e) Consolidar o quadro legal e institucional do sector;
- f) Preparar e assegurar a implementação do quadro legal para as actividades de distribuição e comercialização de gás natural;
- g) Realizar acções de promoção, visando a divulgação das potencialidades energéticas do país;
- h) Aprovar estudos e projectos de desenvolvimento de novos empreendimentos energéticos;
- i) Elaborar e manter actualizado o balanço energético e as projecções de consumo de energia;
- j) Licenciamento das actividades de armazenagem, distribuição, fornecimento e comercialização de gás natural e produtos petrolíferos.